

ANO 2009

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 168/2009

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

Apresentado em sessão do dia 26/10/2009 - Sessão Extraordinária

Autoria Poder Executivo

Encaminhamento às Comissões de

Prazo final

Aprovado em 26/10/2009 Rejeitado em / /

Autógrafo de Lei nº 3977/2009

Lei nº 4.024 de 27 de outubro de 2009

Projeto de Lei nº 168/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

LEI Nº 4024 DE 27 DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada, na Contadora Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), para suplementação da seguinte verba do orçamento vigente:

10	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	
10.02.00	Recursos Naturais - Meio Ambiente	
10.02.01	Áreas Verdes	
3390.00.00-15.452.5001-2166-Outras Despesas		
	Correntes	R\$ 281.107,52.

Art. 2º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprios, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

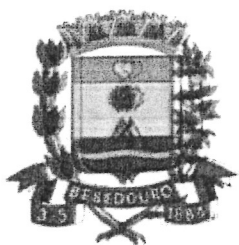
Prefeitura Municipal de Bebedouro 27 de outubro de 2009.

João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 27 de outubro de 2009

Ivanira A de Souza
Escrituraria
"Deus seja Louvado"





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/589/2009 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 27 de outubro de 2009.

Senhor Prefeito,

Comunico-lhe que foi aprovado, na sessão extraordinária realizada ontem, dia 26/10, o Projeto de Lei n. 168/2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo o Autógrafo de Lei n. 3977/2009.

Atenciosamente.


José Baptista de Carvalho Neto
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
João Batista Bianchini
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO - SP





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 3977/2009

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada, na Contadora Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), para suplementação da seguinte verba do orçamento vigente:

10 **AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE**
10.02.00 **Recursos Naturais - Meio Ambiente**
10.02.01 **Áreas Verdes**
3390.00.00-15.452.5001-2166-Outras Despesas Correntes..... R\$ 281.107,52.

Art. 2º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprios, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 26 de outubro de 2009.


José Baptista de Carvalho Neto
PRESIDENTE


Carlos Renato Serotine
1º SECRETÁRIO


Carlos Alberto Costa
2º SECRETÁRIO

“Deus Seja Louvado”





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Parecer da Comissão de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei n. 168/2009, de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

O Relator da Comissão de Assuntos Gerais da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

.....
.....

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2009.


Valdeci Ramos de Castro
RELATOR

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.


Antonio Sampaio
PRESIDENTE


Jesus Martins
MEMBRO





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei n. 168/2009, de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de *Regularidade*

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2009.


Carlos Alberto Costa
RELATOR

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo relator.


Rodrigo da Silva
PRESIDENTE


Nelson Sanchez Filho
MEMBRO





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 168/2009,
de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

O Relator da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

legalidade e constitucionalidade

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2009.


Paulo Aurélio Bianchini
RELATOR


Sebastiana Maria Ribeiro Tavares de Camargo
PRESIDENTE

A Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.


Carlos Renato Serotine
MEMBRO





PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Pça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14.701-009 - Cx Postal 361

CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

BEBEDOURO - Estado de São Paulo



DIGITALIZADO
18650-2009 - 04 partes

BEBEDOURO PARA TODOS 2009/2012

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 26 de outubro de 2009.
OEP/1017/2009/is

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara **em regime de urgência, em sessão extraordinária**, o projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$281.107,52 (Duzentos e oitenta e um mil, cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), que especifica.

O crédito em questão refere-se à Operação de Transbordo, Transporte e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares do município de Bebedouro.

Cordialmente.


João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

*CMB18650/2009 26/10/2009 12:51:05



À Sua Excelência o Senhor
José Baptista de Carvalho Neto
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

“Deus Seja Louvado”





PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Pça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14.701-009 - Cx Postal 361

CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

BEBEDOURO - Estado de São Paulo



BEBEDOURO PARA TODOS 2009/2012

PROJETO DE LEI Nº 168 /2009.

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$281.107,52 (Duzentos e oitenta e um mil, cento e sete reais e cinqüenta e dois centavos), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$281.107,52 (Duzentos e oitenta e um mil, cento e sete reais e cinqüenta e dois centavos).

10	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
10.02.00	Recursos Naturais – Meio Ambiente
10.02.01	Áreas Verdes
3390.00.00-15.452.5001-2166-Outras Despesas Correntes	_____ R\$ 281.107,52

ART. 2º - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

ART. 3º-As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

ART. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 26 de outubro de 2009.

João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

APROVADO EM 26/10/09
09 VOTOS FAVORÁVEIS
1 VOTOS CONTRÁRIOS
1 ABSTENÇÕES
1 AUSÊNCIAS

JOSÉ BAPTISTA DE CARVALHO NETO
PRESIDENTE





**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL
AGÊNCIA AMBIENTAL DE BARRETOS - LGB**

Barretos, 22 de Outubro de 2.009.

Ofício nº 049/2009/LGB

Senhor Prefeito,

A CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo para a prevenção e controle da poluição ambiental, desenvolve atividades que basicamente objetivam a melhoria da qualidade de vida de nossa população, por meio, também, da fiscalização de fontes de poluição.

Coerente com esta missão, estivemos em vistoria no aterro de resíduos sólidos domiciliares mantido por essa municipalidade, localizado junto à Rod. SP 326, quando ficou evidenciado que a capacidade do mesmo foi esgotada e que os resíduos vêm sendo dispostos sobre a célula encerrada, caracterizando seu “alçamento”.

Destacamos que esta ou qualquer outra forma de disposição dos resíduos sólidos não será permitida na área, haja vista que o empreendimento vem sendo operado sem as devidas licenças ambientais e que foi confirmada a existência de contaminação da água subterrânea no local.

Desta forma solicitamos:

- que a disposição de resíduos sólidos domiciliares no local seja cessada de imediato;

- que os resíduos sólidos domiciliares gerados no município sejam adequadamente dispostos em aterro devidamente licenciado pela CETESB.

Outrossim, informamos que o não atendimento ao acima exposto acarretará na aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

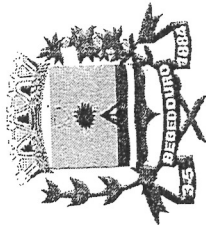
Confiantes de que não faltarão esforços para adotar as providências necessárias, subscrevemo-nos,

Atenciosamente.

**Engº Davi Faleiros
Gerente da Agência Ambiental de Barretos - LGB
Reg. 40.4077-9 CREA 0600891676**

**Ilmo. Sr.
João Batista Bianchini
DD. Prefeito de Bebedouro – SP**



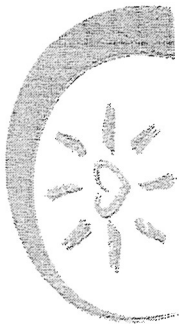


PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Pça José Stamato Sobrinho - N° 45 - CEP 14.701-009 - Cx Postal 361

CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

BEBEDOURO - Estado de São Paulo



BEBEDOURO PARA TODOS 2009/2012

Objeto: Operação de Transbordo, Transporte e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Domiciliares do Município de Bebedouro, estado de

São Paulo.

Local: Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP 326), Km 386 + 550 metros

Bebedouro / SP

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 meses

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO (R\$)

ITEM	1º Mês		2º Mês		3º Mês		4º Mês		5º Mês		6º Mês		TOTAL
	%		%		%		%		%		%		
1,00	16,66%	24.500,20	16,66%	24.500,20	16,67%	24.514,90	16,67%	24.514,90	16,67%	24.514,90	16,67%	24.514,90	147.060,00
2,00	16,66%	38.684,52	16,66%	38.684,52	16,67%	38.707,74	16,67%	38.707,74	16,67%	38.707,74	16,67%	38.707,74	232.200,00
3,00	16,66%	77.369,04	16,66%	77.369,04	16,67%	77.415,48	16,67%	77.415,48	16,67%	77.415,48	16,67%	77.415,48	464.400,00
TOTAL NO PERÍODO		140.553,76	16,66%	140.553,76	16,67%	140.638,12	16,67%	140.638,12	16,67%	140.638,12	16,67%	140.638,12	843.660,00
ACUMULADO INCLUINDO (R\$)		140.553,76		281.107,51		421.745,63		562.383,76		703.021,88		843.660,00	
ACUMULADO INCLUINDO (%)		16,66%		33,32%		49,99%		66,66%		83,33%		100,00%	

04.
CAMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

50%
121 (CÂMARA)



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 168/2009: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil, cento e sete reais e cinqüenta e dois centavos) que especifica.

PARECER DO ASSISTENTE JURÍDICO LEGISLATIVO

1 – Diante das atribuições pertinentes ao Assistente Jurídico – Legislativo (Resolução 74/2003) passo a emitir meu parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional** suplementar no valor de R\$281.107,52 (duzentos e oitenta e um mil, cento e sete reais e cinqüenta e dois centavos) que especifica.

Assim, antes de qualquer coisa, entendo fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo a dar meu parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

2 – Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

3 – O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

ART. 58 – Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa do Projeto de Lei que disponha sobre:

“Deus seja louvado”





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

4 – Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 2º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

donde temos, que a “autorização por lei” e a “abertura por decreto” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo de que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

“Deus seja louvado”

RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias da despesas. São normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de *créditos especiais* que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não vejo qualquer vício de competência ou legalidade que macule a incitava contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 3.865/08, no art. 6º, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 20% do total de despesas fixada no art. 4º que é de R\$119.957.800,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não vejo óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É meu parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 26 de outubro de 2009.

Antonio Alberto Camargo Salvatti
Assistente Jurídico Legislativo
OAB/SP 112.825.

“Deus seja louvado”

